



SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.006804/2025-22

Assunto: Nova Contratação. Pregão Eletrônico. Contratação de mão-de-obra terceirizada para a Residência Oficial da Presidência do Senado Federal. Item 20250270 do Plano de Contratações. **Valor estimado: R\$ 3.144.819,36.** Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral e da Primeira-Secretaria.

Senhora Diretora-Geral,

Trata o presente processo de proposta para realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinado à contratação de serviços contínuos com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nas categorias de cozinheiro, arrumador, lavador/passador, chefe de cozinha, ajudante de cozinha, auxiliar de serviços gerais, na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal e, de garçons na Secretaria de Comissões, além de chaveiros na Administração do Senado Federal, ao custo estimado de **R\$ 3.144.819,36** (três milhões, cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e dezenove reais e trinta e seis centavos), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.086842/2025-89).

A Secretaria de Patrimônio – SPATR justifica a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.084738/2025-50), conforme transcrição a seguir:

[...]

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

1.2.1.1. A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo atender a demandas em atividades-meio apontadas no objeto, que servem para suprir às exigências corriqueiras de suporte. Nesse sentido, em atendimento a essa demanda da Casa, foi autorizada a instrução preventiva de novo procedimento licitatório, visando garantir a continuidade dos serviços prestados ao Senado Federal através da 3ª prorrogação do Contrato nº





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

007/2022, celebrado entre o Senado Federal e a empresa DLF Engenharia Comércio e Representação Ltda., com vigência de 13 de janeiro de 2025 a 12 de janeiro de 2026. Além disso, destaca-se que a necessidade dessa contratação se originou da revogação do Pregão Eletrônico nº 90097/2024, que foi cancelado devido às novas regras de desoneração da folha de pagamento, exigindo ajustes nas estimativas de custos, conforme documentado no NUP 00100.186165/2024-17 Para tal continuidade do objeto deste TR, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a contratação em tela é a que melhor atende à Administração, pois, as atividades desempenhadas pelas categorias de garçom, cozinheiro, arrumador, lavador/passador, chefe de cozinha, ajudante de cozinha, auxiliar de serviços gerais, chaveiro, permitirão que servidores efetivos e comissionados possam concentrar-se nas atividades de maior relevo. Utilizar servidores para tais atividades seria subutilizar mão-de-obra qualificada para atender afazeres, que, apesar de importantes, podem ser realizados por pessoas com menor especialização. A contratação tem como objetivo suprir a demanda de atividades-meio, garantindo o suporte para as atividades legislativas e administrativas. A ausência desses serviços prejudicaria o funcionamento do Senado. Com a alocação dos servidores efetivos em suas atividades precípuas, o Senado Federal carece de mão de obra que possa se dedicar ao desempenho de tarefas administrativas ou técnicas acessórias, tais como as descritas neste Termo de Referência para as categorias cujos serviços se pretende contratar. Dessa forma, cogita-se o melhor direcionamento dos servidores efetivos para atividades que lhes sejam próprias e exclusivas, desonerando-os de desenvolverem atividades de natureza acessória, não previstas no conjunto de suas atribuições legais, descritas no Regulamento Administrativo do Senado Federal, aumentando sua especialização e, por conseguinte, a eficiência dos processos de trabalho. É importante destacar que a terceirização na Administração Pública encontra fundamento no §7º do art. 10 do Decreto-Lei nº 200/1967, segundo o qual “para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos da execução”. Quanto ao tema, o pressuposto da “terceirização ilícita” seria a delegação de atividades típicas de Estado ou que envolvam gestão, tomada de decisão, coordenação, supervisão e controle. Em termos objetivos, o desvirtuamento da terceirização poderá ser aferido se os serviços terceirizados forem “inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal” (inciso IV do art. 3º do Decreto nº 9.507/2018). No caso, as atividades contempladas nas atribuições das categorias contempladas na futura contratação não se encontram no rol de vedações e incompatibilidades trazido pelo art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, in verbis:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

I - Que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - Que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - Que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - Que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia não serão objeto de execução indireta.

Como será possível observar nas características das categorias pretendidas, bem como na descrição de suas atividades, constantes do Anexo I deste Termo de Referência, a contratação da execução indireta de seus serviços não encontra óbice na legislação vigente.

[...]

Por meio do Ofício nº 372/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.086850/2025-25), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Patrimônio do Senado Federal elaborou o Estudo Técnico Preliminar de NUP 00100.063990/2025-25, bem como o Termo de Referência de NUP 00100.064229/2025-19, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.084738/2025-50, os quais, se entendidos viáveis, deverão ser aprovados pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Conforme se verifica no item 1.2.2.1 do Termo de Referência, o órgão técnico demonstrou que os quantitativos a serem contratados foram baseados no levantamento de novas necessidades para suprir rotinas diárias das áreas envolvidas.

O Órgão Técnico apresentou justificativa para a **fixação salarial**, consoante item 11.2 do Termo de Referência, a qual deverá ser aprovada pela Primeira-





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Secretária, conforme previsto no parágrafo 1º do art. 2º da Resolução nº 3 de 2019.

A COCVAP validou a instrução, conforme documento 00100.064418/2025-83, e informou que *“se trata de contratação de serviços com alocação de mão de obra, assim, está dispensada a pesquisa de preços, sendo esta substituída pelo Planilhamento de Preços – a ser realizado posteriormente pelo SELESC – conforme disciplina o art. 14, § 4º, do ADG 14/2022”*.

O valor estimado da contratação enquadra-se nos limites de competência da Primeira-Secretária, sendo que a autorização para o certame, portanto, na forma do inciso I, art. 7.º do Anexo V do Regulamento Administrativo c/c §2º do art. 90 do ADG nº 14/2022, cabe a essa autoridade.

A primeira versão da minuta de edital de Pregão Eletrônico, elaborada por esta COATC, foi acostada sob o nº 00100.068156/2025-26.

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.070415/2025-89, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

Na sequência, os autos seguiram à Secretaria de Gestão de Pessoas para manifestação quanto à existência de cargos no Senado Federal cujas atribuições estejam ligadas ao objeto do presente processo, a qual se manifestou no NUP 00100.072032/2025-45 no sentido de que as atribuições descritas para os postos terceirizados não possuem correlação com as descritas para os cargos efetivos em vigência no Senado Federal.

Em resposta às recomendações da COPEL e às NOTAS da COATC, o órgão técnico se manifestou no documento nº 00100.073523/2025-11, tendo consignado alterações no novo Termo de Referência, NUP 00100.073219/2025-66.

Destaca-se que em resposta à mensagem eletrônica do SELESC, NUP 00100.074013/2025-53, o OT informou por meio do Ofício 47/2025, NUP 00100.077253/2025-18, que realizou a adequação do uniforme do cago do novo cargo de chefe de cozinha para fins de padronização com o uniforme de cozinheiro e para ajustar os custos da contratação, apresentando novo Termo de Referência, NUP 00100.077227/2025-81.

O planilhamento de custos elaborado pelo SELESC/COCVAP encontra-se consolidado sob o documento nº 0100.077757/2025-20, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 3.144.819,36**.

Ato contínuo, a minuta de edital foi atualizada, NUP 0100.078465/2025-12, e submetida ao órgão jurídico.

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 316/2025 (NUP 0100.083475/2025-61) analisou os autos e concluiu que observadas as recomendações de saneamento do parecer, e ressalvada eventual impropriedade de ordem técnica que escapa ao conhecimento jurídico, entende-se que a minuta de edital poderia ser considerada regular e apta a reger o pretendido certame.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.084753/2025-06.

Destaca-se ainda que a ADVOSF consignou a seguinte recomendação:

“No item 4.2.1 do TR, o órgão técnico indicou que a contratação dos serviços seja firmada por um período inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, posto que: (...)

Considerando as disposições acima destacadas, incumbe à autoridade competente para autorizar a realização do certame deliberar sobre a vigência inicial do contrato de 12 (doze) meses, sopesando o que se revela mais alinhado ao interesse público, atentando-se às áreas envolvidas quanto aos requisitos orçamentários de estilo em caso de futuras prorrogações.”

Os autos seguiram, então, para informação da disponibilidade orçamentária, a qual foi confirmada pela COPAC no documento nº 00100.086042/2025-68. A contratação está prevista no item 20250270 do Plano de Contratações.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.086842/2025-89, com as marcações das alterações, e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

Ressalta-se que é de competência da Advocacia do Senado Federal a análise jurídica de todos os processos que visem a uma contratação, previamente à deliberação pela autoridade competente, conforme art. 53 da Lei 14.133/2021 c/c o art. 22, do ADG nº 14/2022.

[...]

Por derradeiro, o Senhor Diretor da SADCON encaminhou os autos para as deliberações e demais atos necessários ao seguimento do certame, em conformidade com o disposto no Anexo V do RASF aprovado pelo ATC nº 14/2022. Ademais solicita deliberação sobre a vigência contratual estipulada pelo órgão técnico.

Sobre isso, entende-se que devem ser acatadas as proposições da SPATR, que detém o conhecimento técnico aprofundados sobre o objeto a ser contratado, bem como o mercado em questão, cuja complexidade escapa ao domínio técnico desta Assessoria.

Cabe ressaltar que o prosseguimento do feito está condicionado à deliberação favorável da **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária**, quanto à autorização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 7º, Anexo V, do





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e, também, sobre a fixação dos salários, nos termos do §1º do art. 2º da Resolução nº 3/2019¹.

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica espousa a recomendação da SADCON, de modo que se opina favoravelmente ao seguimento do processo nos termos propostos na presente instrução.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

(assinado eletronicamente)

Guilherme Ferreira da Costa
Assessor Técnico

(assinado eletronicamente)

Tahmineh Maria Shokranian de Mello
Gestora do NASC/ATDGER

¹ Art. 2º Os instrumentos convocatórios indicarão o número de postos de trabalho e os salários de cada atividade, que poderão ser definidos de acordo com os seguintes critérios:

[...]

§ 1º A justificativa referida no inciso I deverá considerar a exigência de melhor qualificação dos empregados da empresa prestadora de serviço, a necessidade de preservação da cultura organizacional do Senado Federal, a segurança dos serviços no ambiente parlamentar ou a experiência e a integração dos prestadores de serviço, entre outros aspectos, os quais serão submetidos à apreciação do Primeiro-Secretário.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

De acordo. Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos III, IV, e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **APROVO** o Estudo Técnico Preliminar (documento nº 00100.063990/2025-25); o Termo de Referência (documento nº 00100.084738/2025-50); bem como a minuta de edital (documento nº 00100.086842/2025-89), nos termos propostos;
2. Considerando que a SPATR detém conhecimento e expertise acerca do objeto a ser contratado, **APROVO** a vigência contratual estipulado pelo Órgão Técnico;
- 3 **AUTORIZO** a despesa estimada no valor máximo de **R\$ 3.144.819,36** (três milhões, cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e dezenove reais e trinta e seis centavos), prevista no item 20250270 do Plano de Contratações;
4. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos à **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária**, para deliberar quanto à oportunidade e conveniência de realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, e, também, sobre a fixação dos salários, nos termos do §1º do art. 2º da Resolução nº 3/2019, nos termos propostos.

Havendo deliberação favorável ao seguimento do certame, encaminhem-se os autos à **AADGER** e à **SADCON** para as providências pertinentes.

Brasília, 17 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)
ILANA TROMBKA
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 2546 de 2025

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.021704/2024-45**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o **Núcleo de Gestão de Contratos de Terceirização – NGCOT**, como órgão gestor do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar os servidores **Francisco Joarez Cordeiro**, matrícula nº 199403 e **Jucimar Alves de Castro**, matrícula nº 40621, como fiscais, titular e substituto, respectivamente, do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)

ILANA TROMBKA

Diretora-Geral

